



**CLIPPING INTERNET**  
**04/07/2021 ATÉ 04/07/2021**



# INDÍCE

---

1	COMARCAS	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG CARLOS BARROSO.....	3
3	ESMAM	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	4.1 BLOG CARLOS BARROSO.....	5
5	VARA CRIMINAL	
	5.1 SITE G1 MARANHÃO.....	6
	5.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7
	5.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	8
	5.4 SITE SUA CIDADE.....	9

## Igarapé Grande passa a ter Unidade Interligada de Registro Civil no Maranhão

por Carlos Barroso 7/03/2021 08:28:00 PM

Os municípios de Vitória do Mearim, Colinas, Santa Luzia e Igarapé Grande receberam Unidades Interligadas de Registro Civil, instaladas nos hospitais municipais que realizam partos. A instalação das unidades foi realizada na última quinta-feira, 1º de julho, por meio de parcerias entre a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), Ministério Público, prefeituras municipais e serventias extrajudiciais desses municípios.

Com a instalação de mais quatro unidades, o Maranhão passa a contar com 43 UI em todo o Estado. Essas unidades estão conectadas com outros cartórios da região, e terão condições de registrar não apenas crianças nascidas nesses municípios, mas também crianças nascidas em cidades próximas, que poderão ser registradas no cartório de onde residem.

A solenidade de instalação, virtual, foi presidida pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, com a participação dos presidentes da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), Erlnio Xavier; e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA), Devanir Garcia; do secretário estadual de educação, Felipe Camarão; desembargadores João Gonçalo e Marcelino Everton (TJMA) e juízes Anderson Sobral, corregedor e Jaqueline Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica (CGJ-MA).

Também participaram do evento juízes, defensores públicos, prefeitos e prefeitas das cidades beneficiadas, titulares dos cartórios, representantes de conselhos da criança e do adolescente e conselhos tutelares, CDRAS e CREAS e servidores municipais dos quatro municípios.

Na oportunidade, o corregedor do Judiciário agradeceu a participação colaborativa dos parceiros institucionais no projeto e lembrou o contingente de milhões de pessoas que não possuem o Registro Civil de Nascimento - que passou a ser obrigatório, em 1868, e gratuito, a partir de 1997, com a Lei nº 9.534.

“Não há mais absolutamente nada que justifique que pessoas ainda nasçam e não obtenham, logo de plano, o seu registro civil de nascimento, permanecendo ainda no século XIX, nessa fase obscura de um Estado que não era capaz de assegurar a documentação básica, que é essencial para que o cidadão pudesse ter as portas abertas para o serviço público de modo geral, e às políticas públicas básicas de educação e saúde”, declarou.

### COMBATE AO SUB-REGISTRO

O desembargador informou que o Maranhão avançou no combate ao índice de crianças recém-nascidas sem obter o documento no prazo legal, em relação a 2019, quando o Estado apresentava o percentual de 6,4% de sub-registro e municípios em situação extrema, como Belágua, com 57,1%, Pinheiro (24,4%) e Codó (19,5%). E que, atualmente, 98% das crianças nascem em hospitais.

O secretário de educação agradeceu o trabalho conjunto do Poder Judiciário, delegatários e prefeitos, na implantação das unidades interligadas. “Mais uma vez uma ação conjunta que vai beneficiar a quem mais precisa, o cidadão. É um exercício de dignidade e cidadania”, disse Felipe Camarão.

## INTERLIGAÇÃO

O presidente da ARPEN-MA informou a colaboração de Humberto Brioni, representante da CRC Nacional/ARPEN-BR, que forneceu, gratuitamente, a todas as serventias brasileiras, o sistema de informática responsável pela interligação entre cartórios e maternidades. “Essas unidades interligadas, inauguradas hoje, terão condições de registrar não somente os bebês daqueles municípios mas também dos municípios vizinhos”, frisou.

Registraram presença na solenidade virtual os juízes Sílvio Nascimento (Colinas); Alexandre Andrade (Igarapé Grande); Urbanete Silva (Vitória do Mearim) e Marcele Farias (Santa Luzia); e as delegatários Neylane Sousa (2º Ofício de Colinas); Maria Irenilde (Substituta do 2º Ofício de Santa Luzia); Wiclifi Bruno (2º Ofício de Vitória do Mearim) e Gabriela Caminha (Ofício Único de Igarapé Grande).

O presidente da FAMEM e prefeito de Igarapé Grande destacou a importância da parceria institucional no projeto e parabenizou todos os prefeitos municipais participantes. “Sabemos da importância da criança nascer na unidade de saúde e já sair (da maternidade) com seu registro, com seu CPF e cartão do SUS, para dar dignidade ao pequeno cidadão. Estamos juntos nessa batalha e vamos avançar”, ressaltou Erlânio Xavier.

O prefeito Nato da Nordestina (Vitória do Mearim) e as prefeitas Valmira Miranda (Colinas) e França do Macaquinho (Santa Luzia) também participaram da solenidade, reconhecendo a importância da parceria institucional entre os executivos municipais, Poder Judiciário e serventias extrajudiciais que dotou a população desses municípios de unidades interligadas de registro de nascimento.

Para o juiz Sílvio Nascimento (1ª Vara de Colinas) a instalação das unidades “é uma ação afirmativa, que concretiza o acesso fundamental à cidadania e à dignidade da pessoa humana, porque muitas pessoas não têm o documento e não existem legalmente para o Estado.

Também compareceram ao evento, a defensora pública Jéssica Oliveira (Colinas) e o presidente da Câmara Municipal de Igarapé Grande, Edivaldo Barbosa e os secretários e secretárias de saúde Tércio Bruno (Vitória do Mearim); Liliane Carvalho (Colinas), Alina Muniz (Santa Luzia) e Domingos Santos (Igarapé Grande).

Vídeo:

## Igarapé Grande passa a ter Unidade Interligada de Registro Civil no Maranhão

por Carlos Barroso 7/03/2021 08:28:00 PM

Os municípios de Vitória do Mearim, Colinas, Santa Luzia e Igarapé Grande receberam Unidades Interligadas de Registro Civil, instaladas nos hospitais municipais que realizam partos. A instalação das unidades foi realizada na última quinta-feira, 1º de julho, por meio de parcerias entre a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), Ministério Público, prefeituras municipais e serventias extrajudiciais desses municípios.

Com a instalação de mais quatro unidades, o Maranhão passa a contar com 43 UI em todo o Estado. Essas unidades estão conectadas com outros cartórios da região, e terão condições de registrar não apenas crianças nascidas nesses municípios, mas também crianças nascidas em cidades próximas, que poderão ser registradas no cartório de onde residem.

A solenidade de instalação, virtual, foi presidida pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, com a participação dos presidentes da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), Erlnio Xavier; e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA), Devanir Garcia; do secretário estadual de educação, Felipe Camarão; desembargadores João Gonçalo e Marcelino Everton (TJMA) e juízes Anderson Sobral, corregedor e Jaqueline Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica (CGJ-MA).

Também participaram do evento juízes, defensores públicos, prefeitos e prefeitas das cidades beneficiadas, titulares dos cartórios, representantes de conselhos da criança e do adolescente e conselhos tutelares, CDRAS e CREAS e servidores municipais dos quatro municípios.

Na oportunidade, o corregedor do Judiciário agradeceu a participação colaborativa dos parceiros institucionais no projeto e lembrou o contingente de milhões de pessoas que não possuem o Registro Civil de Nascimento - que passou a ser obrigatório, em 1868, e gratuito, a partir de 1997, com a Lei nº 9.534.

“Não há mais absolutamente nada que justifique que pessoas ainda nasçam e não obtenham, logo de plano, o seu registro civil de nascimento, permanecendo ainda no século XIX, nessa fase obscura de um Estado que não era capaz de assegurar a documentação básica, que é essencial para que o cidadão pudesse ter as portas abertas para o serviço público de modo geral, e às políticas públicas básicas de educação e saúde”, declarou.

### COMBATE AO SUB-REGISTRO

O desembargador informou que o Maranhão avançou no combate ao índice de crianças recém-nascidas sem obter o documento no prazo legal, em relação a 2019, quando o Estado apresentava o percentual de 6,4% de sub-registro e municípios em situação extrema, como Belágua, com 57,1%, Pinheiro (24,4%) e Codó (19,5%). E que, atualmente, 98% das crianças nascem em hospitais.

O secretário de educação agradeceu o trabalho conjunto do Poder Judiciário, delegatários e prefeitos, na implantação das unidades interligadas. “Mais uma vez uma ação conjunta que vai beneficiar a quem mais precisa, o cidadão. É um exercício de dignidade e cidadania”, disse Felipe Camarão.

## INTERLIGAÇÃO

O presidente da ARPEN-MA informou a colaboração de Humberto Brioni, representante da CRC Nacional/ARPEN-BR, que forneceu, gratuitamente, a todas as serventias brasileiras, o sistema de informática responsável pela interligação entre cartórios e maternidades. “Essas unidades interligadas, inauguradas hoje, terão condições de registrar não somente os bebês daqueles municípios mas também dos municípios vizinhos”, frisou.

Registraram presença na solenidade virtual os juízes Sílvio Nascimento (Colinas); Alexandre Andrade (Igarapé Grande); Urbanete Silva (Vitória do Mearim) e Marcele Farias (Santa Luzia); e as delegatários Neylane Sousa (2º Ofício de Colinas); Maria Irenilde (Substituta do 2º Ofício de Santa Luzia); Wiclifi Bruno (2º Ofício de Vitória do Mearim) e Gabriela Caminha (Ofício Único de Igarapé Grande).

O presidente da FAMEM e prefeito de Igarapé Grande destacou a importância da parceria institucional no projeto e parabenizou todos os prefeitos municipais participantes. “Sabemos da importância da criança nascer na unidade de saúde e já sair (da maternidade) com seu registro, com seu CPF e cartão do SUS, para dar dignidade ao pequeno cidadão. Estamos juntos nessa batalha e vamos avançar”, ressaltou Erlânio Xavier.

O prefeito Nato da Nordestina (Vitória do Mearim) e as prefeitas Valmira Miranda (Colinas) e França do Macaquinho (Santa Luzia) também participaram da solenidade, reconhecendo a importância da parceria institucional entre os executivos municipais, Poder Judiciário e serventias extrajudiciais que dotou a população desses municípios de unidades interligadas de registro de nascimento.

Para o juiz Sílvio Nascimento (1ª Vara de Colinas) a instalação das unidades “é uma ação afirmativa, que concretiza o acesso fundamental à cidadania e à dignidade da pessoa humana, porque muitas pessoas não têm o documento e não existem legalmente para o Estado.

Também compareceram ao evento, a defensora pública Jéssica Oliveira (Colinas) e o presidente da Câmara Municipal de Igarapé Grande, Edivaldo Barbosa e os secretários e secretárias de saúde Tércio Bruno (Vitória do Mearim); Liliane Carvalho (Colinas), Alina Muniz (Santa Luzia) e Domingos Santos (Igarapé Grande).

Vídeo:

## **Caso Mariana Costa: acompanhe o 5º dia de julgamento de Lucas Porto**

Publicitária de 33 anos foi encontrada morta no apartamento onde morava em São Luís, em 2016. Na época, o cunhado da vítima, o empresário Lucas Porto, confessou que matou Mariana e o que crime foi motivado por uma atração que ele sentia por ela.

### Resumo

Mariana Costa, sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney, foi encontrada morta no apartamento onde morava em São Luís, em 2016.

Segundo a polícia, Lucas Porto, cunhado da vítima, confessou na época que matou Mariana motivado por uma atração que sentia por ela. Polícia Civil diz que Mariana foi estuprada e morta por asfixia.

Veja a cronologia dos fatos e o que se sabe até aqui.

Até este sábado (3), 21 testemunhas foram ouvidas pela defesa e acusação. Neste domingo (3), será ouvido o acusado, Lucas Porto.

Continue lendo em:  
<https://g1.globo.com/ma/maranhao/ao-vivo/caso-mariana-costa-acompanhe-o-juri-popular-de-lucas-porto.ghtml>

## Juizado Especial de Santa Inês lança edital para projetos sociais

Projetos apresentados observarão o valor orçamentário máximo de R\$ 10 mil; inscrições seguem até o dia 30 de julho

04/07/2021 às 07h48

Juizado Especial de Santa Inês lança edital para projetos sociais

Divulgação

O Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês abriu na quarta-feira, 30, inscrições para instituições públicas ou privadas que queiram receber recursos para projetos sociais. O edital, assinado pelo juiz titular Samir Mohana, destaca que as instituições proponentes devem ter comprovada finalidade social, bem como devem ser sediadas na cidade de Santa Inês. Os recursos financeiros que serão repassados para as selecionadas são oriundos das prestações pecuniárias, das composições civis, das transações penais e da suspensão condicional do processo realizada no Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês. As inscrições seguem até o dia 30 de julho.

De acordo com o magistrado, o edital tem o objetivo de cumprir com a finalidade pública do Juizado Especial Cível e Criminal enquanto instância do Poder Judiciário quanto à destinação dos recursos oriundos das prestações pecuniárias das medidas alternativas. Visa, ainda, a selecionar as entidades candidatas para firmar convênio no sentido de prestar apoio financeiro àquelas que realizam ações e serviços sociais de interesse público no município de Santa Inês. Outro objetivo é contribuir para o fortalecimento das entidades selecionadas enquanto espaço de promoção do desenvolvimento humano e comunitário. “As entidades deverão apresentar projetos para financiamento, desde que preencham, rigorosamente, todos os requisitos observados neste edital”, ressalta.

Os projetos apresentados observarão o valor orçamentário máximo de R\$ 10 mil. “Não serão financiadas despesas como pagamentos de recursos humanos, gêneros alimentícios, aluguéis, transportes e serviços de fornecimento de água, energia, telefone ou internet (...) O repasse dos recursos financeiros às entidades será através da expedição de Alvará Judicial em nome do Presidente ou Diretor da entidade (...) O financiamento previsto neste edital se dará até o limite da disponibilidade orçamentária resultante das transações penais no exercício do período 2021/2022”, observa.

Condições para participar

Para participar, a entidade deve ser pública ou privada sem fins lucrativos, legalmente constituída e que tenha obrigatoriamente, como objeto de seu contrato/ato constitutivo, as áreas de assistência, segurança pública, saúde, educação, qualificação profissional, geração de trabalho e renda, esporte, lazer, cultura e meio ambiente. Deverá, ainda, estar sediada no Município de Santa Inês, e regulamente constituída há, pelo menos, um ano. Deverá, ainda, ser dirigida por pessoas com reputação ilibada, não tendo, portanto, sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a Administração Pública, bem como apresentar projeto compatível com os requisitos do edital em questão.

Sobre a documentação, a entidade candidata deverá apresentar a Ata de fundação registrada em cartório, Estatuto Social, CNPJ, Ata da última eleição da Diretoria registrada em cartório, relação de nomes dos membros da diretoria assinada pelo (a) Presidente (a), bem como cópia do CPF e RG do Presidente (a), comprovante de endereço, telefones celular e fixo para contato, e projeto de acordo com o disposto no edital.



No caso de atender adolescente, a entidade deverá apresentar comprovação de registro junto ao CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) e, facultativamente, atestado de existência e regular funcionamento expedido pela Promotoria de Justiça Especializada ou Fundações e Entidades de Interesse Social. A inscrição só poderá ser considerada como efetuada com a entrega de toda a documentação.

O edital explica que as inscrições deverão ser efetuadas, no período citado, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal, situado Rua do Bambu, 689, centro de Santa Inês. O telefone é (98) 3653-0933 e (98) 98211-9866. Poderão ser feitas, ainda, através do e-mail [juizcivcrim\\_sine@tjma.jus.br](mailto:juizcivcrim_sine@tjma.jus.br). “As entidades que tiverem o seu projeto selecionado deverão, ainda, observar as disposições estabelecidas pela Resolução nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça e pelo Provimento nº 10/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, cujas cópias estão disponíveis na Secretaria Judicial do Fórum”, diz o edital, frisando que serão cadastradas e habilitadas as instituições que apresentarem toda a documentação exigida e que atendam aos fins sociais divulgados no objeto do edital.

O resultado da seleção dos projetos será divulgado, no site do Tribunal de Justiça ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), até o dia 31 de agosto de 2021, Diário Oficial e estará disponibilizado no mural do Juizado Especial Cível e Criminal. As formalizações do Convênio serão feitas após a visita técnica da assistente social do Fórum de Santa Inês, que terá o objetivo de verificar a viabilidade do projeto apresentado. O edital enfatiza que nenhum projeto poderá iniciar e tão pouco receber recursos sem a visita prévia da assistente social na entidade, e que o convênio poderá a qualquer tempo ser interrompido se verificados desvios com relação aos objetivos do projeto, irregularidades e descumprimento de requisitos do edital, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

## **Diversidade, antidiscriminação e acesso à justiça serão discutidos em webinar**

Racismo, LGBTfobia, etarismo e capacitismo integram a temática do webinar aberto ao público, de 6 a 8 de julho

04/07/2021 às 00h09

Diversidade, antidiscriminação e acesso à justiça serão discutidos em webinar

. (Divulgação)

São Luís - A democratização do acesso à justiça na perspectiva antidiscriminatória será tema do I Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação - webinar gratuito aberto ao público, que acontece de 6 a 8 de julho, com transmissão ao vivo no canal da Escola Superior da Magistratura - EAD ESMAM, no Youtube. A participação é aberta ao público, com certificação aos inscritos previamente no evento.

O coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), juiz Marco Adriano Fonsêca, explica que o webinar será um espaço para debate e disseminação de informações e normas legais sobre o tema, como forma de conscientização, formação e aperfeiçoamento de operadores do Direito e da sociedade.

Estão inscritos magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário, professores e estudantes universitários e da Rede Estadual de Ensino Médio (SEDUC, IEMA e IFMA), profissionais das carreiras jurídicas, representantes de instituições públicas e privadas com atuação na temática de Diversidade e Antidiscriminação, público jurisdicionado que pertença aos grupos de diversidade, líderes comunitários, movimentos sociais organizados e demais interessados.

### Temática

Com 10 horas de duração, distribuídas em três dias de programação, o evento reunirá palestrantes que são referência na defesa dos direitos humanos, identificação e combate à discriminação, preconceito e outras expressões de desigualdade. Os especialistas abordarão a temática do enfrentamento ao racismo, LGBTfobia, etarismo e capacitismo, com ênfase na democratização do acesso à justiça e em consonância com os objetivos da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Veja a programação completa

## Lucas Porto presta depoimento no quinto dia do seu julgamento

Julgamento dura cinco dias e a expectativa é que se encerre ainda hoje com o veredicto do conselho de sentença

04/07/2021 às 14h49

Lucas Porto presta depoimento no quinto dia do seu julgamento

. (Matheus Soares/O Estado)

São Luís - Acusado de violência sexual e assassinato da então cunhada, a publicitária Mariana Costa, em 2016, Lucas Porto está sendo submetido a sessão do júri popular desde a última quarta-feira, 30, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Na tarde de hoje ele presta seu depoimento.

Nos quatro primeiros dias do julgamento foram ouvidas apenas testemunhas, arroladas pela defesa e Ministério Público. O depoimento de Lucas Porto não tem previsão de término, embora ainda hoje esteja previsto acontecerem os debates entre defesa e acusação, com direito a réplica e tréplica, e depois a reunião do conselho de sentença para a decisão do veredicto. A expectativa é de que o julgamento seja encerrado hoje.

A imprensa e o público não tem acesso ao depoimento de Lucas Porto porque nele são mencionados documentos que correm em segredo de Justiça, como o laudo de sanidade mental. O depoimento acontece a portas fechadas, na presença apenas do juiz, representantes da defesa e acusação.

No total, foram ouvidas 21 testemunhas. Inicialmente seriam 23, mas duas delas foram dispensadas em comum acordo entre defesa e acusação.

Hoje, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que preside o júri do acusado Lucas Porto, começou o quinto dia de sessão, às 10h20. Antes de serem iniciados os depoimentos, o advogado Arthur Almeida, da defesa, leu o parecer técnico de perito sobre laudos apresentados no processo, em especial o cadavérico.

A segunda irmã da vítima foi ouvida na manhã do sábado, 3, sendo a 15ª testemunha. Neste dia foram ouvidas sete testemunhas. Duas no período da manhã - a irmã da vítima e um delegado da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoas (SHPP) - arroladas pela acusação (MP).

À tarde foram ouvidas mais cinco testemunhas - um morador/síndico do prédio, arrolada pela acusação (MP); um morador do prédio e marido da quinta testemunha, que ajudou a socorrer a vítima, arrolada pela defesa; um delegado/ Superintendente de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) e que também comandava as investigações do crime, arrolada pela defesa; a cunhada de Marcus Renato (viúvo da vítima), arrolada pela defesa; e a mãe do réu, também arrolada pela defesa.

## **Delegado revela trechos do depoimento de Lucas Porto após ser preso pela morte de Mariana Costa em 2016**

Julgamento aconteceu durante todo o dia de ontem, entrou pela noite, e prossegue neste domingo.

Fonte: Aidê Rocha

Data de publicação: 04/07/2021

O quarto dia de julgamento do empresário Lucas Leite Porto, nesse sábado (3), revelou vários detalhes do que teria dito o réu em depoimento prestado à Polícia Civil, dois dias depois de ser preso pela morte da publicitária Mariana Costa, ocorrido no dia 13 de novembro de 2016.

Durante seu interrogatório, o delegado Lúcio Reis revelou alguns trechos do depoimento de Lucas Porto, feito à Polícia Civil em 2016 (Foto: Gilson Ferreira)

A sessão, que iniciou na última quarta-feira (30), acontece no 4º Tribunal do Júri de São Luís, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, e é presidida pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, durou o dia inteiro e prossegue neste domingo (4).

Na manhã de ontem, durante depoimento da 16ª testemunha, o delegado Lúcio Rogério Reis, arrolado pela acusação, o promotor Marco Aurélio narrou trechos do processo nos quais Porto teria confessado o crime e dito sobre o que o havia motivado a cometê-lo.

“Ele disse que há algum tempo nutria um sentimento de admiração pela cunhada Mariana, em razão de a mesma ser uma pessoa alegre e de bem com a vida, apesar de vários problemas familiares que enfrentava. Em razão dessa admiração, chegava a se masturbar várias vezes pensando em Mariana, o que fazia com que momentaneamente a esquecesse”, narrou Marco Aurélio.

O delegado confirmou os fatos narrados pelo promotor acrescentando, ainda, que o mesmo chegou a mencionar que no dia do crime, após deixar a então cunhada e a ex-sogra, em seus respectivos apartamentos, sentiu uma espécie de descarga pelo corpo ao imaginar Mariana sozinha em casa.

Sobre os fatos ocorridos dentro do apartamento da vítima, Lucas relatou, conforme consta no processo lido pelo promotor, não se recordar se ocorreu sexo consentido ou não com a vítima, mas que chegou a beijá-la e a ejacular sem penetração. Na ocasião, o empresário disse que voltou ao apartamento para revelar sobre os sentimentos que nutria por Mariana e há tempos alimentava.

“Ele diz que adentrou ao apartamento e não havia ninguém, apenas Mariana, e ainda passou um determinado tempo para entrar no quarto. Alguns momentos, ele não sabe dizer o que aconteceu. A gente percebia muita evasão e sempre que chegávamos em pontos determinantes, Lucas não conseguia esclarecer e perdia um pouco a consciência”, revelou Lúcio Reis.

Ele também pontuou que antes deste dia, quando depôs com a presença dos advogados, na sede da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Lucas Porto não havia confessado o crime. “O

pedido para a realização do depoimento foi feito pelos próprios advogados do réu”, destacou o delegado.

## MAIS UMA IRMÃ DA VÍTIMA DEPÕE

A primeira testemunha ouvida nesse sábado (3), por volta das 10h, foi a outra irmã da vítima, a arquiteta Juliana Costa, que foi convocada pela defesa. Foi ela quem localizou, três dias depois, as roupas que Lucas aparece vestido no dia do crime, após deixar o apartamento de Mariana, que ficava no 9º andar, pelas escadas do prédio e visivelmente nervoso.

Juliana contou que começou a busca pela roupa com ajuda de um primo e da empregada de Carolina. Ela explicou ter ido até um apartamento, usado como depósito, no 12º andar do condomínio onde moravam Carolina e o réu, onde achou o saco preto com as roupas. As vestimentas encontradas foram entregues à polícia logo depois, segundo a testemunha.

A irmã da vítima foi questionada pelo promotor sobre uma possível relação entre Mariana e o réu, como a defesa dele tenta sugerir. “Isso não existe, isso é mais uma mentira que eles tentam implantar para tirar o acusado daqui. Lucas já confessou o crime. Ele chegou a dizer que se masturbava pensando na minha irmã. Mariana tinha princípios e jamais se relacionaria com ele. Minha irmã amava o marido dela”, respondeu.

## 15 PESSOAS OUVIDAS EM TRÊS DIAS

Até o fim do terceiro dia de julgamento, 15 pessoas já haviam sido ouvidas. Duas delas, na sexta-feira (2), cabe destacar, foram Carolina Costa e Flor de Liz Costa, irmã e mãe da vítima. Em ambos os depoimentos, que eram bastante aguardados no plenário, muitos pedidos pela preservação da imagem da vítima que não estava mais presente para se defender de suposições acerca de um relacionamento com o acusado.

“É um constrangimento para a família ter que escutar esse tipo de pergunta. Uma aberração jurídica de vocês. Mariana jamais teve um caso extraconjugal com Lucas”, desabafou a irmã da vítima, que também é ex-mulher do réu.

No primeiro dia de julgamento, quatro pessoas prestaram depoimento. Foram eles: o médico psiquiatra Hamilton Raposo de Miranda e José Ribamar Wanderlei de Sousa Júnior, que é médico legista e diretor do Instituto Médico Legal (IML), do Maranhão; arrolados pela acusação; e, ainda, João Batista Teófilo Silva, médico cardiologista; e um morador do Garvey Park, Ivaldo Correia Prado Filho, convocados pela defesa.

No segundo dia, a vizinha que socorreu Mariana, Leila Cortez da Silva de Azevedo, foi ouvida durante toda a manhã. Ela deu detalhes de todo o processo ocorrido desde quando encontrou Mariana despida na cama até a retirada do local para o hospital.

Pela tarde, ainda na quarta-feira (30), o especialista em audiovisual, Ricardo Caires; o médico psiquiatra Antônio José Eça; e a psicóloga Evelyn Ribeiro Lindholm, testemunhas que integram os assistentes técnicos da defesa foram ouvidas.

## RELEMBRE O CASO

A publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, sobrinha-neta do ex-presidente da República José Sarney, foi achada morta no quarto do apartamento em que morava, no bairro do Turu, em São Luís, no dia

13 de novembro de 2016.

Lucas Porto é acusado de matar a cunhada Mariana Costa (Foto: Divulgação)

Conforme a Polícia Civil, ela foi vítima de estupro e asfixiada até a morte. O cunhado Lucas Porto figurou desde o começo das investigações como principal suspeito do crime. Câmeras de segurança do condomínio o flagraram deixando o imóvel pelas escadas bastante nervoso.

Inicialmente ele negou, mas depois acabou confessando e alegando ter sido motivado por uma forte atração que sentia por Mariana, de acordo com a polícia. O acusado, indiciado por estupro e feminicídio, segue custodiado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde o dia seguinte ao crime, quando foi preso em flagrante.

## Conselho de sentença absolve homem em Santo Antônio dos Lopes

04/07/2021 05:00:00

O Poder Judiciário em Santo Antônio dos Lopes realizou nesta quinta-feira, dia 1º de julho, uma sessão do Tribunal do Júri, a primeira das três que estão marcadas para a comarca. O julgamento desta quinta teve como réu Júlio César da Silva Lima. Ele estava sendo julgado sob acusação de prática de crime de homicídio, que teve como vítima o homem conhecido como 'Toinho'. A sessão foi presidida pela juíza Talita de Castro Barreto, titular de Santo Antônio dos Lopes. Ao final o conselho de sentença optou pela absolvição do réu, acatando a tese de do advogado de Júlio César, que foi de legítima defesa.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, esse crime ocorreu em 27 de outubro de 2019, no Povoado Taboca, localidade rural de Governador Archer, termo judiciário da comarca. Segue narrando que Júlio César encontrava-se em uma casa de uma pessoa conhecida como 'Cabeluda'. Lá, além dele, estavam a dona da casa, uma prima do acusado e a vítima 'Toinho'. Após certo tempo, o acusado, que estava ingerindo bebida alcoólica, teria iniciado uma forte discussão com a vítima. No meio da discussão, Júlio César teria pego um pedaço de madeira e desferido alguns golpes em 'Toinho', atingindo, por vezes, a cabeça da vítima.

### ADITAMENTO

Após o acontecido, Júlio evadiu-se do local e a vítima foi levada ao Hospital Regional de Presidente Dutra, vindo a falecer dias depois. Por causa da morte de 'Toinho', houve um aditamento, que é o acréscimo ou o ato de suplementar novos dados aos que já haviam sido acordado inicialmente, na denúncia. Diante disso, o acusado, que antes estava pronunciado a responder por tentativa de homicídio, foi julgado por homicídio qualificado consumado.

Além da magistrada presidente da sessão, atuaram no julgamento o promotor de Justiça Xilon de Souza Júnior, na acusação, e o advogado José Felinto de Albuquerque Neto, na defesa de Júlio César. O réu estava preso. A sessão foi realizada no Fórum Desembargador José Delfino Sipaúba, em Santo Antônio dos Lopes. Mais duas sessões estão marcadas na comarca, sendo uma para esta sexta-feira, dia 2 de julho e a outra para o dia 9 de julho.

## **Caso Mariana Costa: julgamento de Lucas Porto entra no 5º dia**

Início / Notícias / Polícia / Caso Mariana Costa: julgamento de Lucas Porto entra no 5º dia

Enviado por galmeida em dom, 04/07/2021 - 12:47

Caso Mariana Costa: julgamento de Lucas Porto entra no 5º dia

O julgamento de Lucas Porto, acusado de homicídio qualificado por feminicídio da ex-cunhada e publicitária Mariana Costa, entrou no 5º dia neste domingo (5). O julgamento foi iniciado na última quarta-feira (30).

A sessão que estava prevista para começar às 8h30, foi iniciada com mais de 1h30 de atraso.

Ao todo, desde o início do Tribunal do Júri já foram ouvidas 21 testemunhas, duas foram dispensadas após acordo entre a defesa e o Ministério Público.

Na tarde deste domingo (5) deve ser ouvido o acusado Lucas Porto. A sessão do réu será restrita ao juiz, jurados, acusação e defesa por conta de documentos que ocorrem em segredo de justiça.